



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10865.903659/2013-26
Recurso Voluntário
Resolução nº **3302-001.487 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**
Sessão de 25 de setembro de 2020
Assunto SOBRESTAMENTO
Recorrente LIMER-STAMP ESTAMPARIA, FERRAMENTARIA E USINAGEM LTDA
Interessado FAZENDA PÚBLICA

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos em sobrestar o julgamento no CARF, até a definitividade do processo nº 10865.720497/2014-73, nos termos do voto da relatora.

(documento assinado digitalmente)

Gilson Macedo Rosenberg Filho - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Denise Madalena Green - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Vinicius Guimarães, Walker Araujo, Jorge Lima Abud, Jose Renato Pereira de Deus, Corinthians Oliveira Machado, Raphael Madeira Abad, Denise Madalena Green e Gilson Macedo Rosenberg Filho (Presidente).

Relatório

Por bem descrever os fatos ocorridos, adoto o relatório da decisão recorrida, que transcrevo, a seguir:

Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito de IPI referente ao período acima, no valor de R\$ R\$ 69.056,88

2. Em sua análise, a DRF/Limeira indeferiu o pleito em função da glosa de créditos indevidos, feita em procedimento fiscal, e pelo fato da empresa haver utilizado em períodos subsequentes o saldo credor ressarcível apurado, conforme “DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO APÓS O PERÍODO DO RESSARCIMENTO”.

3. Segundo Relatório Fiscal que analisou os pedidos de ressarcimento dos períodos compreendidos entre o 2º trimestre de 2010 e o 1º trimestre de 2013, e fundamentou o auto de infração objeto do processo 10865.720497/2014-73 (julgado em conjunto com os referidos processos), foram apuradas as seguintes irregularidades:

a) Saídas com suspensão do IPI, com fundamento no art. 29, § 1º, I, da Lei nº 10.637, de 2002, sem as declarações das empresas adquirentes de que as mesmas são empresas que se dedicam, preponderantemente, à elaboração dos produtos relacionados no caput do artigo;

b) Saídas com erro de alíquotas do IPI, tendo havido destaque a menor;

Fl. 2 da Resolução n.º 3302-001.487 - 3ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 10865.903659/2013-26

c) Utilização indevida de créditos de aquisições de materiais destinados a reformas e construções, os quais não se caracterizam como insumos do processo produtivo.

4. Diante das constatações acima citadas, a Autoridade Fiscal reconstituiu a escrita do estabelecimento, decorrendo disso o indeferimento total dos pedidos de ressarcimento do 2º e 3º T/2010 e 3º T/2011 e deferimento parcial dos restantes.

5. Cientificada em 20.06.2014, a interessada apresentou, tempestivamente, em 21.07.2014, manifestação de inconformidade na qual indica que seus argumentos de defesa foram apresentados no processo referente ao auto de infração, valendo o mesmo para os pedidos de ressarcimento.

A lide foi decidida pela 3ª Turma da DRJ em Belém/PA, nos termos do Acórdão n.º 01-33.442, de 10/01/2017 (fls.104/114), que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade, nos termos da ementa que segue:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/04/2010 a 30/06/2010

CRÉDITO . INSUMOS.

Somente geram direito ao crédito do imposto os materiais que se enquadrem no conceito jurídico de insumo, ou seja, aqueles que se desgastem ou sejam consumidos mediante contato físico direto com o produto em fabricação.

SUSPENSÃO.

Quando não forem satisfeitos os requisitos que condicionaram a suspensão, o imposto tornar-se-á imediatamente exigível, como se a suspensão não existisse.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Irresignada, a Contribuinte interpôs Recurso Voluntário (fls.140/), por meio do qual reiterou as razões de defesa suscitadas na manifestação de inconformidade:

- 1) Não indicação da NCM que o fisco entendeu correta para demonstração que a alíquota utilizada pelo contribuinte está equivocada;
- 2) Das saídas com suspensão do IPI. Ausência de intimação dos terceiros para apresentação das declarações. Presunção insuficiente para afastar a suspensão;
- 3) créditos básicos (bronze, aço 1010, aço 1020, aço 1045, alumínio, cobre, aço a36, aço vc131, aço 4340, aço d2, aço 8620 e aço vw3). Produtos intermediários: possibilidade de crédito de IPI. Parecer normativo CST 65/79, solução de consulta Disit n.º 7/2004 e solução de consulta Cosit n.º 24/2014;

Por fim requer:

Ante todo o exposto, requer a Recorrente que o presente recurso voluntário seja conhecido e totalmente provido para reformar a decisão recorrida de modo que a PER/DCOMP n.º 22050.58393.301111.1.1.01-5063 seja deferida em sua totalidade, diante de sua plena regularidade.

Pugna, ainda, pela suspensão da exigibilidade do débito em discussão até final decisão da instância administrativa.

Outrossim, protesta-se pela oportunidade de sustentar oralmente as razões aqui descritas, quando da inclusão do processo em pauta de julgamento.

Postula, por fim, para que as futuras intimações sejam feitas tanto em nome da empresa, bem como de seu procurador (Dr. Matheus Camargo Lorena de Mello, OAB/SP n.º 292.902), e-mail intimacao@lopesgoncales.com.br e com escritório na Rua Dr. José Ferreira de Camargo, n.º 190, Nova Campinas, na cidade de Campinas/SP – CEP 13092-100, sob pena de nulidade.

Fl. 3 da Resolução n.º 3302-001.487 - 3ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 10865.903659/2013-26

É o relatório.

Voto

Conselheiro Denise Madalena Green , Relator.

A Recorrente foi intimada da decisão de piso em 10/02/2017 (fl.118) e protocolou Recurso Voluntário em 13/03/2017 (fl.119) dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no artigo 33, do Decreto 70.235/72¹.

Desta forma, considerando que o recurso preenche os requisitos de admissibilidade, dele tomo conhecimento.

Nos termos destacados no Relatório Fiscal (fls.56/63), em função de vários pedidos de ressarcimento dos períodos compreendidos entre o 2º trimestre de 2010 e o 1º trimestre de 2013, foi lavrado auto de infração objeto do processo n.º 10865.720497/2014-73, onde estão sendo tratadas as infrações apuradas e a reconstituição da escrita, que acaso mantido, refletirá no crédito apontado nas PER/DCOMP transmitidas pela Recorrente.

Dessa maneira, considerando que no lançamento tributário, o Fisco recompôs a escrita fiscal da Recorrente, resta evidente a conexão existente entre estes autos e o processo n.º 10865.720497/2014-73, pois a decisão final naquele processo influenciará diretamente o direito pleiteado pela recorrente no recurso ora analisado.

Vale destacar que o recurso voluntário do processo n.º 10865.720497/2014-73 foi julgado pela 1ª Turma Ordinária, da 4ª Câmara, da Terceira Seção de Julgamento, em 31 de janeiro de 2019, tendo o Colegiado decidido negar provimento ao recurso da contribuinte, nos termos do Acórdão n.º 3401-005.805. A referida decisão não é definitiva porque, está sujeita a recurso especial, da contribuinte perante a CSRF e, conseqüentemente, ainda, é passível de reforma.

Assim, este processo posto em julgamento deve aguardar a decisão definitiva do processo principal, nos termos que dispõe o artigo 6º, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pelo anexo II, da Portaria MF n.º 343/2015, abaixo transcrito:

Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:

§ 1º Os processos podem ser vinculados por:

I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;

II - decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas; e

III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos.

¹ Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.

Fl. 4 da Resolução n.º 3302-001.487 - 3ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo nº 10865.903659/2013-26

§ 2º Observada a competência da Seção, os processos poderão ser distribuídos ao conselheiro que primeiro recebeu o processo conexo, ou o principal, salvo se para esses já houver sido prolatada decisão.

§ 3º A distribuição poderá ser requerida pelas partes ou pelo conselheiro que entender estar prevento, e a decisão será proferida por despacho do Presidente da Câmara ou da Seção de Julgamento, conforme a localização do processo.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do § 1º, se o processo principal não estiver localizado no CARF, o colegiado deverá converter o julgamento em diligência para a unidade preparadora, para determinar a vinculação dos autos ao processo principal.

§ 5º Se o processo principal e os decorrentes e os reflexos estiverem localizados em Seções diversas do CARF, o colegiado deverá converter o julgamento em diligência para determinar a vinculação dos autos e o sobrestamento do julgamento do processo na Câmara, de forma a aguardar a decisão de mesma instância relativa ao processo principal.

§ 6º Na hipótese prevista no § 4º, se não houver recurso a ser apreciado pelo CARF relativo ao processo principal, a unidade preparadora deverá devolver ao colegiado o processo convertido em diligência, juntamente com as informações constantes do processo principal necessárias para a continuidade do julgamento do processo sobrestado.

No mesmo sentido, é a previsão contida no parágrafo único do artigo 12 da Portaria CARF nº 34/2015, a saber:

Art. 12. O processo sobrestado ficará aguardando condição de retorno a julgamento na Secam.

Parágrafo único. O processo será sobrestado quando depender de decisão de outro processo no âmbito do CARF ou quando o motivo do sobrestamento não depender de providência da autoridade preparadora.

Diante dos fatos que se apresentam no caso concreto, entendo que o julgamento do direito creditório da recorrente nestes autos depende diretamente do julgamento final no processo administrativo nº 10865.720497/2014-73.

Isto posto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência à repartição de origem para as seguintes providências:

- 1 – aguardar a decisão definitiva do Processo nº 10865.720497/2014-73;
- 2 – ocorrido o trânsito em julgado a que se refere o item 1, juntar aos autos do processo a decisão da Turma de Julgamento da CSRF – Câmara Superior de Recursos Fiscais, se houver;
- 3 – apurar a existência de crédito a ressarcir neste processo, considerando o que foi decidido definitivamente pela DRJ, pelo CARF e, eventualmente, pela CSRF no processo nº 10865.720497/2014-73;
- 4 – prestar os esclarecimentos e informações que julga importante para o deslize da questão;
- 5 – imediatamente, dar ciência à Recorrente desta Resolução e, após as providências dos itens 3 e 4 dar ciência à Recorrente do resultado da diligência, abrindo-lhe o prazo previsto no Parágrafo Único do art. 35 do Decreto nº 7.574/11;
- 6 – conclusos, retornem os autos do processo a este CARF para prosseguir no julgamento do recurso voluntário.

Fl. 5 da Resolução n.º 3302-001.487 - 3ª Sejul/3ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 10865.903659/2013-26

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Denise Madalena Green